

## Processos de subjetivação étnica no município de Camaçari - BA: reflexões a partir dos censos escolares

## Processes of ethnic subjectivation in the city of Camaçari - BA: reflections based on school census

## Procesos de subjetivación étnica en la ciudad de Camaçari - BA: reflexiones a partir del censo escolar

Felipe Vieira de Souza<sup>1</sup>, Mauricio Santana<sup>2</sup>, Rosiléia Oliveira de Almeida<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Sul da Bahia, Itabuna, Bahia, Brasil.

### Autor correspondente:

Mauricio Santana

Email: profmsanttana@yahoo.com.br

**Como citar:** Souza, F. V., Santana, M., & Almeida, R. O. (2023). Processos de subjetivação étnica no município de Camaçari - BA: reflexões a partir dos censos escolares. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 16(35), e19415. <http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v16i35.19415>

### RESUMO

O Brasil é um país multicultural, vasto e diverso. Apesar de colonizado por portugueses, a cultura africana se faz muito presente em todos os setores devido ao legado escravagista. Atualmente, com a manutenção social de algumas estruturas coloniais racistas que rebaixam o negro e dificultam a sua constituição identitária, percebe-se que tais estruturas têm se replicado no ambiente escolar, o que não favorece a identificação de crianças e jovens com a identidade negra. Movimentos negros têm atuado para tentar mitigar a situação. Por conta do preconceito e do racismo estrutural, têm sido geradas confusões em torno de palavras utilizadas para a identificação étnico-racial em pesquisas, como, por exemplo, nos censos. Palavras como negro, preto e pardo têm gerado diferentes reações sociais, em diferentes níveis. Essa realidade se reflete diretamente nos censos demográficos e escolares, nos quais se constata um grande número de “não declarados”, como uma tática dos sujeitos para evitar o racismo. Dados dos últimos anos do censo escolar do município de Camaçari- Bahia nos chamaram a atenção pelo fato de manterem padrões divergentes daqueles obtidos nos níveis nacional, regional e mesmo estadual. O presente trabalho tem por objetivo analisar tais dados do censo escolar do referido município e apresentar hipóteses sobre os possíveis motivos.

**Palavras-chave:** Embranquecimento. Identidade Negra. Racismo escolar.

### ABSTRACT

Brazil is a multicultural, vast, and diverse country. Although it was colonized by the Portuguese, African culture is very present in all sectors due to the legacy of slavery. Currently, with the social

maintenance of some racist colonial structures that demean the black and hinder their identity structuring, it is noticed that such structures have been replicated in the school environment, which does not encourage the identification of children and young people with the black identity. Black movements have acted to try to mitigate the situation. Because of prejudice and structural racism, confusion has been generated around words used for ethnic-racial identification in research, such as, for example, in censuses. Words such as negro, black and pardo have generated different social reactions, at different levels. This reality is directly reflected in the demographic and school censuses, in which a large number of "undeclared" individuals are found, as a tactic to avoid racism. Data from recent years of the school census in the municipality of Camaçari- Bahia attracted our attention by the fact that they maintain divergent patterns from those obtained at the national, regional, and even state levels. The present work has the objective of analyzing such data from the school census of that municipality and presenting hypotheses about the possible reasons.

**Keywords:** Whitening. Black Identity. School racism.

## RESUMEN

Brasil es un país multicultural, vasto y diverso. A pesar de haber sido colonizado por portugueses, la cultura africana está muy presente en todos los sectores debido al legado de la esclavitud. Actualmente, debido a la persistencia de estructuras sociales coloniales racistas que desvalorizan a las personas negras y dificultan su constitución identitaria, se observa que estas estructuras se han replicado en el ámbito escolar, lo que no favorece la identificación de niños y jóvenes con su identidad negra. Los movimientos negros han estado trabajando para tratar de mitigar esta situación. Debido al prejuicio y al racismo estructural, ha habido confusiones en torno a las palabras utilizadas para la identificación étnico-racial en investigaciones, como en los censos. Palabras como "negro", "preto" y "pardo" han generado diferentes reacciones sociales en distintos niveles. Esta realidad se refleja directamente en los censos demográficos y escolares, donde se observa un gran número de personas que optan por la categoría "no declarado" como una táctica para evitar el racismo. Los datos de los últimos años del censo escolar del municipio de Camaçari, Bahía, llamaron nuestra atención debido a que mantienen patrones divergentes de los obtenidos a nivel nacional, regional e incluso estatal. El objetivo de este trabajo es analizar dichos datos del censo escolar de dicho municipio y presentar hipótesis sobre las posibles razones que lo expliquen.

**Palabras clave:** Blaqueamiento. Identidad negra. Racismo escolar.

## INTRODUÇÃO

O Brasil é um país multiétnico, extremamente vasto e repleto de contradições. Apesar de ter sido colonizado pelos portugueses, os africanos tiveram extrema importância na construção da identidade e cultura do povo brasileiro (Giugliani, 2014). Diante da grande variedade étnica, o Brasil propicia o surgimento de diferentes identidades, em um caldeirão de diversas culturas.

Temos na região nordeste, o estado da Bahia, onde se concentra a maior quantidade de negros do Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Estudos apontam que o ambiente escolar não tem sido efetivo em reconhecer e validar as culturas negra e africana, apenas mantendo como modelo o antigo e hegemônico padrão branco europeu. O aluno negro tem sido acuado e moldado para o pelo padrão hegemônico, dificultando o seu reconhecimento, a sua identificação e a sua construção como cidadão (Gomes, 2002; Fogaça, 2006; Batista, 2009).

O movimento negro tem lutado para desconstruir paradigmas negativos e reestruturar condições sociais, políticas e econômicas favoráveis aos negros, haja vista a necessidade da construção da sua identidade de maneira pautada na equidade e igualdade de direitos. É necessário que, na formação do cidadão, ele se reconheça, estabeleça o seu EU, e construa a sua identidade,

pois é um fator de extrema importância social, cultural e educacional (Kreutz, 1999; Piza; Rosemberg, 1999).

Ademais, temos o comprometimento do Brasil com o programa de ação construído na Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em Durban, África do Sul, em 2001, que, entre outras questões, também tinha como proposição o combate a situações de riscos de grupos específicos, entre eles a população negra, que no Brasil é composta dos autodeclarados pretos e pardos, conforme estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018)

Diante das inúmeras situações de vulnerabilidade vivenciadas pelos negros, o racismo vigente, decorrente da estrutura colonial ainda enraizada no Brasil e replicada nas unidades escolares do país, tem repercutido nos estudantes, na sociedade e nas famílias. Como efeito cascata, é possível observar alteração nos dados censitários do IBGE e do censo escolar no INEP. Ambas as pesquisas utilizam um padrão para identificação do indivíduo com base em sua "raça/cor", o que gera confusão e não aceitação por parte de indivíduos e segmentos da sociedade.

Em particular, no município de Camaçari, percebe-se que os dados referentes a raça/cor nos censos escolares de 2010 a 2021 apresentaram padrão divergente do restante do estado da Bahia, da região nordeste e do país. Apesar de ser um município que possui um remanescente quilombola, o que geralmente reforça características identitárias negras, o município apresenta fortes índices de uma possível perda de identidade étnica, conforme os dados apresentados pelos referidos censos escolares. Nessa perspectiva, o presente trabalho objetiva analisar esses dados e levantar hipóteses para tentar compreender as razões dessa divergência constatada.

## **DISCUTINDO ALGUMAS QUESTÕES INICIAIS: IDENTIDADE E IDENTIDADE ÉTNICA**

O Brasil é um país multicultural, com grande diversidade, vastamente distribuída pela sua grande extensão territorial, de forma heterogênea. O país se distingue como uma das maiores sociedades multirraciais do mundo e contém uma grande quantidade de descendentes de africanos escravizados oriundos da diáspora negra africana pelo mundo atlântico. Os brasileiros afrodescendentes são a segunda maior nação negra do mundo, totalizando 97 milhões de negros no censo demográfico de 2010, superando o quantitativo de autodeclarados brancos, 91 milhões, o que evidencia uma grande problemática brasileira (Giugliani, 2014). É de extrema importância compreender que a identificação racial não se faz de maneira imediata e a partir de quesitos objetivos, correspondendo a um processo social construído ao longo do tempo. Também vale salientar que não é fixa, imutável, podendo haver mudanças em seu percurso (Piza & Rosemberg, 1999; Giugliani, 2014).

A identidade é um conceito vasto, construído ao longo da história e ainda muito discutido. Segundo Hall (2011), a identidade é distinguida em três concepções: a) sujeito do Iluminismo – a concepção do indivíduo centrado em si mesmo, dotado de consciência, razão e ação; b) sujeito sociológico – o indivíduo depende da relação que estabelece com pessoas, valores, símbolos, cultura, ou seja, depende da interação; c) sujeito pós-moderno – não possui uma identidade permanente, rígida, ao contrário, torna-se fluida e metamórfica, de acordo com as transformações promovidas pelos sistemas que o rodeiam. O autor ainda argumenta que o indivíduo, com o passar dos anos, é visto como um sujeito fragmentado, havendo uma série de fatores que colaboram na formação da sua identidade, alterável de acordo com as suas relações.

A identidade é parte de um processo múltiplo e social. A partir da personalidade e uma série de mudanças, forma-se um sistema de relações sociais que atua na configuração total do indivíduo. Tal configuração nem sempre tende a ser alinhada, é possível de ser contraditória e dinâmica, como a identidade sexual, etária, geográfica, social e étnica. Percebe-se, então, um grande mosaico no quesito identitário individual (Pereira, 1987). Ainda segundo o autor, há ainda a expressão do

indivíduo em grupos sociais, que auxilia na formação da pessoa humana, em que o indivíduo tenta se encaixar em seu *locus* espacial e cultural, imposto pela sociedade. Em sociedades complexas, a socialização ocorre de maneira espontânea e sistemática, sendo constituída desde o nascimento do indivíduo até a sua morte, vinculando-se ao ambiente escolar, aos níveis e tempo de escolarização (Pereira, 1987).

A identidade étnica é um fator importante, constituído socialmente, a partir do qual percebe-se a multiplicidade de culturas e suas interações com o processo educacional. Torna-se fonte de sentido, parte do eixo de construção da identidade e da formação do sujeito, assim como tem forte impacto no âmbito social, de maneira concorrente e cíclica. O quesito “etnia” tem grande impacto em diferentes níveis, desde a sua manifestação nos símbolos, valorações e representações de grupos à diferenciação social, o que interfere diretamente na percepção e organização da vida na sociedade (Kreutz, 1999).

Segundo Gomes (2002), a identidade negra, étnica, deriva de uma construção social e histórica. É necessário compreender que a identidade individual e social se faz por meio das relações sociais, e não do isolamento do indivíduo tomado apenas como unidade. A identidade é construída por meio do diálogo aberto, exterior e interior. A identidade negra é resultante do olhar de um grupo étnico sobre si mesmo e a partir da relação com os outros.

Para a classificação oficial brasileira quanto a raça/cor, segundo o IBGE (2010), existem cinco grupos: pretos, pardos, brancos, amarelos e indígenas. Os negros constituem os grupos de pretos e pardos, os quais possuem situações socioeconômicas parecidas. Em 1870 o Brasil começou a coletar informações sobre a cor da sua população através de uma pesquisa chamada Censo, sendo que naquele ano havia apenas quatro categorias: branco, preto, pardo ou caboclo. Em 1872, os escravos eram classificados como pretos e pardos pelo recenseador, enquanto o recenseado livre era responsável pela sua autodeclaração. Com o passar dos anos, o termo pardo foi deixando de ser apenas uma categoria relacionada à cor, passando a se relacionar a uma origem africana, entretanto não relacionada à escravidão. O termo começou a ser vinculado à condição de ter nascido livre, muitas vezes não relacionado à origem ou à cor de pele parda (Silva & Leão, 2012).

Ainda segundo Silva e Leão (2002), a questão relativa à cor persistiu nos demais censos, como: 1890, 1940, 1950, 1960, 1980, 1990, 2000 e 2010. Entre os dados dos censos de 1950 e 1960, ficaram evidenciadas as diferenças entre classes socioeconômicas, e brancos e não brancos. A partir dos estudos elaborados por tais autores, movimentos negros favoreceram o surgimento de um novo entendimento, em que os pardos se tornaram negros ou afrodescendentes, para grande parte da literatura sociológica. Entretanto, apesar de estarem agrupados juntos, estão longe de se tornarem um grupo homogêneo na sua percepção sobre a realidade social brasileira. Pretos e pardos têm percepções distintas e delimitam, de maneiras diferentes, fronteiras simbólicas e econômicas em relação ao grupo dos brancos.

O movimento negro utiliza diferentes modos para definir a população brasileira descendente de africanos. De maneira geral, são considerados traços culturais que são capazes de identificar os que descendem de um grupo cultural diferenciado e coeso, além de reportar como condição de minoria política e situar dentro de critérios inclusivos, hoje tão importantes no nosso país. Este mesmo movimento negro considera os pretos e pardos como seu grupo de origem (Piza & Rosemberg, 1999).

É importante diferenciar raça e etnia. Para Santos e colaboradores (2010), são conceitos distintos e relativos. Raça é um conceito biológico, já descartado para a espécie humana, geralmente utilizado para descrever um grupo que compartilha características específicas, como, por exemplo, os animais domésticos, dentre eles os cachorros. Houve momentos na história da ciência que o termo foi utilizado para a raça humana, configurando o racismo científico e legitimando o racismo em outras esferas sociais. Entretanto, com os avanços da biologia molecular, é possível determinar que o genoma humano de um negro africano e um branco nórdico possuem

apenas 0,005% de diferenças. O conceito de raça, em aspectos técnicos, é atribuído por meio da análise de características morfológicas e fenotípicas, e partir do desenvolvimento da biologia molecular, a alguns critérios de diferenças nos padrões genéticos. Etnia refere-se a um conceito mais amplo, um conceito em âmbito cultural. Para falar sobre etnia, aborda-se afinidades linguísticas, culturais, comunidades humanas, estrutura social, política e até mesmo território. Como exemplo, os povos indígenas brasileiros constituem identidades étnicas; apenas no estado do Amazonas existem mais de 65 etnias indígenas.

A educação é uma área de extrema importância, pois além de lidar com conteúdos diversos, tem por objetivo formar os/as cidadãos/ãs, promovendo contatos e interações. Para alcançar esse objetivo tem crescido a abertura e a necessidade de se dialogar sobre etnias e suas relações com a educação, cultura e sociedade. Tornar tal discussão uma categoria central em educação é compreender o pertencimento étnico como um importante elemento na singularização cultural, a possibilidade de convívio de diferentes culturas e a importância dos grupos no processo histórico (Kreutz, 1999).

Segundo a própria Constituição Federal (Brasil, 1988), em seu artigo 205, “A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania (...)”. O trecho citado é extremamente relevante diante do tema proposto no presente artigo. A formação de cidadãos/ãs perpassa pelo aspecto étnico, pelo respeito às diferenças e busca de superação das diferentes formas de discriminação.

A escola é um ambiente responsável pelo ensino, pela abordagem de conteúdos curriculares e pela formação do/a cidadão/ã, mas, além disso, pela construção de representações positivas sobre os/as negros/as, de forma ampla, para que se possa combater o racismo incutido na sociedade. Os/As negros/as e demais grupos subalternizados que vivem em situação de exclusão devem ser abraçados pedagogicamente, inseridos de maneira efetiva e afetiva no ambiente escolar, e não apenas como dados estatísticos. A escola tem o papel de problematizar a questão racial, buscar referências africanas recriadas no Brasil e as que já surgiram no país, presentes na nossa linguagem, costumes, culinária, religião etc.; procurar meios de reforçar a identidade étnica há muito esquecida e tão necessária na construção da identidade do indivíduo negro. As questões identitárias devem ser debatidas em todos os níveis da educação, devem estar presentes no dia a dia, da educação básica à superior, de forma a quebrar preconceitos (Gomes, 2002).

Passados 20 anos da Lei nº 10.639/03, que obriga a abordagem da temática da “história e cultura Afro-Brasileira” na educação básica, ainda estamos na luta pela erradicação de todas as formas de racismo, dificultada muitas vezes pela persistente ideia da democracia racial brasileira, conforme destaca Munanga (2017, 41-42):

Construiu-se, a partir da mestiçagem, o mito da democracia racial, que se mantém até agora, por que qual a leitura que se faz do Brasil? Um país mestiço, que não tem negro, não tem índio, não tem branco, todo mundo é mestiço. Quem vai discriminar quem? Com isso você escamoteia os problemas da sociedade, você nega as desigualdades, você nega a discriminação racial.

No contexto educacional presenciamos inúmeras situações de racismo, que infelizmente ainda impera nas unidades escolas. Batista (2009) destaca, como resultado de sua pesquisa conduzida em uma escola no interior do Mato Grosso, na qual entrevistou profissionais docentes e não docentes de uma escola da rede municipal de ensino de Porto dos Gaúchos, que constatou o relato de atitudes racistas por todos os profissionais. Os profissionais não docentes relataram situações diversas na escola envolvendo racismo. Os docentes alegaram trabalhar questões raciais em sala, entretanto demonstraram desconforto e embaraço por não saberem como lidar com certas situações. Com professores que se sentem despreparados e demais profissionais amedrontados,

tem-se um ambiente hostil e árido para assumir uma identidade racial negra, visto que não há boas representações, referenciais positivos e sequer a lei cumprida.

Segundo Fogaça (2006), a escola não tem cumprido com o seu papel de desenvolvimento de processos identitários, tratando sobre as minorias, igualdade e relações sociais. Na realidade a escola em geral tem sido uma ferramenta de manutenção da situação atual, ou seja, reproduz o racismo difuso, silencioso e habitual, mantendo pilares negativos contra o/a estudante negro/a.

Gomes (2002) reforça a ideia de não haver referenciais positivos, o que dificulta a formação da identidade étnica. A autora traz frases corriqueiras no ambiente escolar, como: "o aluno negro é mais fraco e apresenta mais dificuldade porque vem de um nível socioeconômico baixo", "eles vêm de uma família desestruturada", "basta dar alimentação e emprego que os/as alunos/as negros/as se sairão bem na escola e o/a negro/a encontrará um lugar na sociedade", que demonstram um psicologismo, utilizado muitas vezes, que é extremamente prejudicial. São apenas exemplos, mas são carregados de ideias subliminares, criando dificuldades para os/as estudantes. Muitas vezes, como demonstrado por Batista (2009), tais ideias são sustentadas pelos/as próprios/as professores/as, que não são preparados/as. As situações criadas geram uma invisibilidade para a questão racial, desconsiderando que a maioria das salas de aula são constituídas por alunos/as negros/as. Nem mesmo a autoestima desses/as alunos/as e suas famílias é promovida.

O Brasil, como já salientado, é um país multicultural, multiétnico e os processos culturais são conflitivos. Nesse grande caldeirão de culturas, para diferentes etnias, há histórias de lutas por direitos, espaços na sociedade e aceitação, estabelecendo metas e valores. Dessa maneira, o pertencimento étnico concorre para a constituição do sujeito e sua identidade, assim como para a formação de grupos. Torna-se um elemento essencial de práticas sociais que, por sua vez, auxiliam na constituição ou reconfiguração étnica. Tanto o elemento étnico quanto o gênero são transversais na sociedade, em suas normas, seus símbolos, na educação e organização social. Constitui-se, então, uma educação etnicizada, perpassada pela etnia, que atua na diferenciação social, percepção e organização da vida social do sujeito. Não apenas de maneira abstrata, mas manifestadamente nos símbolos, representações e valorações de grupos (Kreutz, 1998).

Araújo e Soares (2019) abordam a questão da colonização por diversas vias, como por meio da linguagem, cultura e relações étnico-raciais. Os autores discutem a obra *Pele Negra, Máscaras Brancas*, de Frantz Fanon, publicada originalmente em 1952, que retrata a libertação do homem negro, seu encontro com sua identidade e lugar de pertencimento. Os autores abordam, ainda, a importância de contrapor a história do povo negro diante da história do Brasil, centrada no homem branco europeu, com caráter totalmente político e mercadológico. Cria-se uma cultura afastada das suas raízes, cada vez mais eurocêntrica, inferiorizando costumes locais ou de raízes diversas. Dessa forma, faz-se de extrema importância abordar tais assuntos no ambiente escolar, com um currículo que de fato contemple a representatividade negra.

Da Rocha (2010) analisa o sentido das palavras preto e negro ao longo da história pré-descobrimiento do Brasil. Em seu artigo, ele aborda como, no vocabulário cotidiano, verbetes e termos como "a coisa está preta" associam o preto a coisa ruim, além de tomarem preto e negro como a mesma coisa. Essas situações atingem os indivíduos, principalmente os jovens e as crianças, muitas vezes de maneira inconsciente, incutindo teorias absurdas de embranquecimento. Torna-se difícil e doloroso o reconhecimento, a identificação com a identidade negra. Diante de tal situação, os movimentos negros têm lutado por visibilidade e melhoria social, sendo que uma das suas ações é denunciar termos que possam afetar as pessoas de maneira negativa, para ajudar, dessa maneira, na superação de situações de discriminação e racismo, inclusive no ambiente escolar. Nesse meio, os termos afro-brasileiro, afrodescendente e afro-americanos ganharam espaço, tanto no combate aos processos de exclusão quanto na busca de estratégias conjuntas para inclusão.

As relações vivenciadas por crianças negras no ambiente escolar têm se mostrado muito complicadas, principalmente em decorrência da desconsideração das relações interétnicas na

educação. Faz-se necessário desenvolver projetos e ações de combate ao preconceito e à discriminação racial, em ambiente familiar ou escolar (Valente, 2005). Ainda segundo Valente, uma das sugestões para combater situações criminosas e vexatórias oriundas do racismo é o investimento em ações de construção de uma identidade negra positiva.

No ambiente baiano, um estudo conduzido na cidade de Cachoeira, em uma escola do ensino fundamental, com alunos do 5º ano, constatou que os estudantes ficaram surpresos ao descobrirem que o grupo negro abrange o preto e o pardo. Os alunos ficaram constrangidos e desconfortáveis com o termo preto e não aceitaram o termo pardo. Foi necessária uma intervenção da professora, mas, mesmo após a explicação, a aversão à palavra continuou. Somente quando um aluno perguntou se não poderia corresponder a moreno, e a professora concordou, que a situação foi apaziguada. Ainda neste mesmo estudo, a professora perguntou sobre a cultura negra: do que eles gostavam e se havia representação na escola. Os alunos responderam que gostavam de hip hop, rap, samba etc., porém não havia representatividade nem abertura para expressão na escola, apenas no Dia da Consciência Negra. Quando questionados quais culturas marcam o nosso país, os alunos responderam "indígena, negra e branca". Diante desses resultados, fica evidente a falta de preparo e atenção ao estudante negro. A cidade de Cachoeira é localizada no estado da Bahia, no recôncavo, região em que se estima que 88% da população é constituída de negros, com forte expressão cultural. Apesar disso, as escolas se mantêm alienadas ao contexto sociocultural local (Giugliani, 2014).

Em seu trabalho, Andrade (2018) analisa a disciplina de história em escolas públicas e traz uma abordagem de extrema relevância. Após sucessivas conceituações, a autora comenta que vivemos em um modelo colonial, em que um povo se considera superior aos demais, social e economicamente. A partir de tal situação, é imposta uma situação de poder, uma cultura vista como soberana e predatória com relação às demais. A opressão gerada pode ocorrer de diversas formas, objetivando raça, gênero e classe, tendo em vista que os pilares da sociedade brasileira são fundados no racismo.

Etnia e gênero são exemplos de formas para dar significado às relações de poder e ao processo histórico. De uma maneira geral, historicamente a sociedade caracteriza, classifica e decide os espaços que certos grupos irão assumir, étnicos ou não, o que frequentemente ocorre em meio a disputas e conflitos. A sociedade impõe "atributos", "capacidades", "características" e "limitações", para cada etnia, a depender da posição ocupada nesta mesma sociedade. Isso demonstra o quanto o étnico tem a ver com a forma como se estabelece o poder, assim como quem domina e quem é dominado em uma estrutura social (Kreuse, 1998).

Ainda segundo Kreuse (1998), a não aceitação brasileira dos negros é histórica, desde o momento que os negros escravizados chegavam aos portos brasileiros, onde eram batizados e recebiam nomes. O intuito era claro: tentar reduzir a "distância" entre brancos e negros por meio da imposição da fé cristã como instrumento de salvação e diminuir a resistência à dominação. Tais situações demonstram o medo do diferente e a imposição da cultura hegemônica, desde os tempos do Brasil colônia.

## **CONHECENDO O MUNICÍPIO DE CAMAÇARI**

Camaçari é um município da Região Metropolitana de Salvador, na Bahia. Devido à presença do polo petroquímico, é uma cidade de grande fluxo de pessoas, atraídas principalmente pelo trabalho na indústria. A região é de importância histórica para o estado da Bahia e para a história brasileira, uma vez que foi na localidade de Vila de Abrantes que, após a invasão holandesa, os rebeldes se reagruparam e expulsaram os invasores das terras baianas. Há ainda, nesta localidade, o quilombo Cordoaria, certificado pela Fundação Cultural Palmares como remanescente quilombola, importante na história e caracterização municipal. Segundo dados do IBGE, o censo

demográfico de 2010 demonstrou um total de 242.970 habitantes, sendo 107.740 (44,3%) naturais do município e 135.230 (55,7%) habitantes não naturais (Tabela 1), o que o caracteriza como um município de grande migração em busca de emprego.

**Tabela 1.** Quantidade de pessoas naturais e não naturais do município de Camaçari, censo 2010.

Naturalidade em relação ao município – Censo 2010		
	Pessoas	%
Natural	107.740	44,34
Não Natural	135.230	55,66

Fonte: IBGE (2010)

Ainda segundo o censo de 2010 (IBGE), a maioria da população da cidade se autodeclarou negra, ressaltando uma população preta maior do que a declarada branca (Tabela 2).

**Tabela 2.** Dados demográficos do município de Camaçari – Censo 2010.

Ano – 2010						
Situação do domicílio – Total						
cor/raça	Sexo					
	total	%	homens	%	mulheres	%
Total	242.970	----	120.704	49,68	122.266	50,32
Branca	42.176	17,36	20.707	8,52	21.469	8,84
Preta	53.588	22,06	27.844	11,46	25.744	10,60
Amarela	3.848	1,58	1690	0,70	2.158	0,89
Parda	142.444	58,63	69.995	28,81	72.449	29,82
Indígena	910	0,37	467	0,19	443	0,18
sem declaração	4	0,00	1	0,00	3	0,00

Fonte: IBGE (2010)

O quilombo Cordoaria é localizado no município de Camaçari, oriundo da doação de terras aos negros libertos ou mesmo de terras adquiridas de particulares pelo pagamento de serviços prestados. Segundo de Souza e colaboradores (2020), a partir de relatos orais de moradores, o quilombo é oriundo do final do século XIX, sem uma data precisa de ocupação, a partir da chegada das primeiras famílias advindas das plantações de cana-de-açúcar, que obtiveram autorização para usufruir das terras. Foi certificado pela Fundação Cultural Palmares, pela Portaria nº 38749, de 20/01/2006. Encontra-se em Área de Proteção Ambiental (APA) e possui cerca de 1.200 moradores, em uma área considerada rural, com aproximadamente 300 famílias. Apesar da proximidade com o ambiente urbano da Região Metropolitana de Salvador, os moradores, majoritariamente, vivem da agricultura familiar, principalmente do cultivo de mandioca.

Com o constante crescimento industrial e urbano, tem sido grande a pressão sobre os remanescentes quilombolas, e muitos têm migrado para as regiões urbanas. Segundo Souza e colaboradores (2022), se fazem necessárias ações de autoidentificação e garantias sociais para manutenção do quilombo. A comunidade tem tentado se adaptar às novas dinâmicas sociais e econômicas.

O censo escolar é realizado anualmente, organizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), em que é realizado um levantamento de dados estatísticos e informações da situação educacional brasileira. O levantamento é feito em instituições públicas e privadas da educação básica, abrangendo educação infantil, fundamental e médio, educação especial, educação de jovens e adultos e profissional (técnicos e qualificação profissional).



As categorias utilizadas no censo escolar são as mesmas utilizadas no censo demográfico, realizado a cada dez anos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): preto, pardo, branco, amarelo, indígena e a opção de não declaração. O preenchimento da categoria de cor/raça é realizado no ato da matrícula, devendo ser realizado pelo/a estudante maior de dezesseis anos ou, no caso de aluno/a com idade menor, pelo/a responsável, que declara em qual categoria se enquadra o/a estudante. Nesse caso, percebe-se a situação de autodeclaração, quando o próprio indivíduo declara a sua “raça/cor”, e a alter-declaração, quando a declaração é feita por terceiros (Santos, 2012).

A primeira etapa é o levantamento de dados das escolas, gestores, turmas, alunos/as, professores/as, demais profissionais; a segunda etapa é focada nos/as discentes, sobre o movimento e rendimento escolar ao final do ano letivo. Quanto à segunda etapa, o primeiro dado é referente às transferências de estudantes e acerca dos que deixaram de frequentar a escola ou faleceram, enquanto o segundo dado é referente à aprovação ou reprovação do estudante. O censo escolar tem um papel importante de fornecer dados para políticas públicas, favorecendo sua construção e implementação adequadas. O quesito étnico-racial é de extrema importância para o desenvolvimento de políticas que reduzam as desigualdades educacionais, raciais e sociais (Alves et al., 2022).

## **METODOLOGIA**

O método adotado na pesquisa foi o documental, associado à pesquisa bibliográfica. Foi realizada uma busca no portal periódico Capes e no google acadêmico, para obtenção de artigos utilizados nas discussões teóricas, utilizando as seguintes palavras-chave: identidade étnica, identidade racial, identidade étnica escolar, identidade racial escolar e Quilombo Cordoaria. Este último termo foi utilizado para obter informações sobre o quilombo, pois há poucos registros e, como descrito em um dos artigos (Souza et al, 2020), muitas informações são passadas de geração para geração exclusivamente pela via oral.

Para obtenção dos dados foram consultados documentos do INEP e do IBGE. No site do INEP foram acessados os dados referentes aos censos escolares de 2010 a 2021 e obtidos os pacotes com microdados para análise de todos os anos. Tais dados foram tabulados em uma única planilha para geração de gráficos e facilitar as análises. Os dados do IBGE foram obtidos a partir do portal Cidades, na área específica para Camaçari, e no portal SIDRA para obtenção de dados do censo 2010. Tais dados também foram tabulados e gerados gráficos para análise.

Os principais dados analisados, dentre os disponíveis no site do INEP, foram quanto à quantidade de alunos segundo os grupos de “raça/cor”: pretos, pardos, brancos, amarelos, indígenas e não declarados. Tais dados foram analisados em nível nacional, regional, estadual e, especificamente, em relação ao município de Camaçari.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A partir da análise dos dados, percebe-se que a região Nordeste (NE) é responsável pela 2ª maior concentração de alunos matriculados na rede de ensino (INEP, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021), atrás apenas da região sudeste (SE). O estado da Bahia variou de 7,35% a 7,69% do total de matrículas na esfera nacional, entre os anos de 2010 e 2021.

A partir dos microdados do censo escolar do INEP de 2010 a 2021 (Tabela 3), foram retirados, dos dados nacionais, os percentuais de cada categoria apenas da região Nordeste (NE) para geração do gráfico 1.

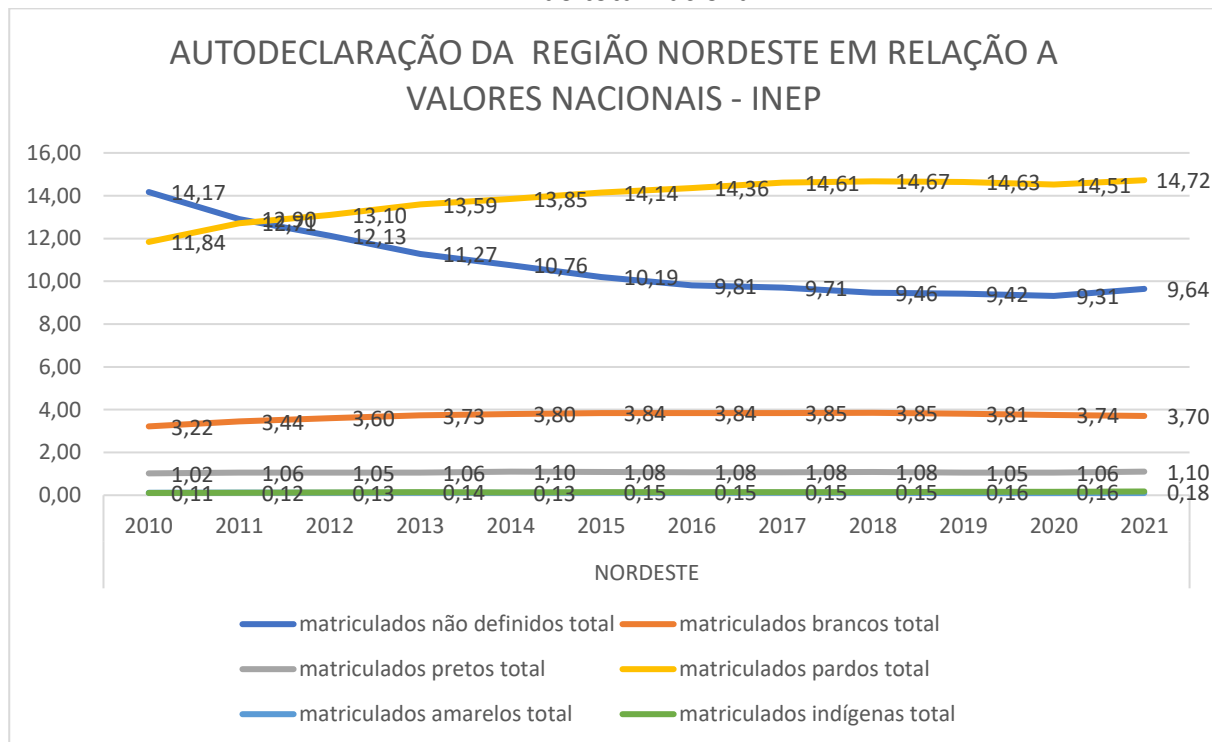
**Tabela 3.** Autodeclaração dos/as estudantes em percentual no Brasil segundo o censo escolar do INEP de 2010 a 2021

		Brasil – INEP 2010 a 2021 (%)											
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
matriculados não declarados	N	4,6	4,2	4,0	3,8	3,7	3,6	3,4	3,3	3,2	3,1	3,1	3,2
	SE	13,4	12,7	11,9	11,5	11,1	10,3	9,5	9,3	9,4	9,1	9,0	8,8
	S	5,8	5,3	5,0	4,7	4,5	3,9	3,5	3,4	3,2	3,2	2,9	2,9
	CO	3,4	3,2	3,1	3,0	2,9	2,8	2,8	2,8	2,8	2,9	3,0	3,2
	NE	<u>14,2</u>	<u>12,9</u>	<u>12,1</u>	<u>11,3</u>	<u>10,8</u>	<u>10,2</u>	<u>9,8</u>	<u>9,7</u>	<u>9,5</u>	<u>9,4</u>	<u>9,3</u>	<u>9,6</u>
matriculados brancos	N	0,8	0,9	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
	SE	14,6	15,0	15,5	15,8	16,1	16,5	16,9	16,8	16,7	16,8	17,0	17,0
	S	5,8	6,2	6,5	6,8	7,0	7,6	7,9	8,1	8,3	8,4	8,6	8,4
	CO	1,5	1,6	1,6	1,7	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8
	NE	<u>3,2</u>	<u>3,4</u>	<u>3,6</u>	<u>3,7</u>	<u>3,8</u>	<u>3,8</u>	<u>3,8</u>	<u>3,8</u>	<u>3,8</u>	<u>3,9</u>	<u>3,8</u>	<u>3,7</u>
matriculados pretos	N	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
	SE	1,5	1,5	1,6	1,6	1,6	1,6	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7	1,5
	S	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
	CO	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1
	NE	<u>1,0</u>	<u>1,1</u>	<u>1,1</u>	<u>1,1</u>	<u>1,1</u>	<u>1,1</u>	<u>1,1</u>	<u>1,1</u>	<u>1,1</u>	<u>1,1</u>	<u>1,1</u>	<u>1,1</u>
matriculados pardos	N	4,2	4,6	4,9	5,1	5,2	5,3	5,5	5,5	5,5	5,6	5,6	5,6
	SE	9,7	10,0	10,3	10,5	10,6	10,9	11,3	11,3	11,3	11,5	11,7	11,6
	S	1,1	1,1	1,2	1,2	1,2	1,3	1,4	1,4	1,5	1,5	1,6	1,6
	CO	1,9	2,1	2,2	2,3	2,4	2,5	2,5	2,6	2,6	2,6	2,6	2,5
	NE	<u>11,8</u>	<u>12,7</u>	<u>13,1</u>	<u>13,6</u>	<u>13,8</u>	<u>14,1</u>	<u>14,4</u>	<u>14,6</u>	<u>14,7</u>	<u>14,6</u>	<u>14,5</u>	<u>14,7</u>
matriculados amarelos	N	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	SE	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
	S	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	CO	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	NE	<u>0,1</u>	<u>0,1</u>	<u>0,1</u>	<u>0,1</u>	<u>0,1</u>	<u>0,1</u>	<u>0,1</u>	<u>0,1</u>	<u>0,1</u>	<u>0,1</u>	<u>0,1</u>	<u>0,1</u>
matriculados indígenas	N	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
	SE	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1
	S	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	CO	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
	NE	<u>0,1</u>	<u>0,1</u>	<u>0,1</u>	<u>0,1</u>	<u>0,1</u>	<u>0,1</u>	<u>0,1</u>	<u>0,1</u>	<u>0,2</u>	<u>0,2</u>	<u>0,2</u>	<u>0,2</u>

Fonte: INEP (2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021).

Os/As estudantes da região NE se declararam majoritariamente pardos (Gráfico 1), categoria que teve um aumento nos últimos anos, tendo ocorrido uma queda na quantidade de estudantes não declarados/as. No último censo escolar, de 2021, a região NE contava com 14,72% dos/as estudantes declarados/as pardos/as do Brasil.

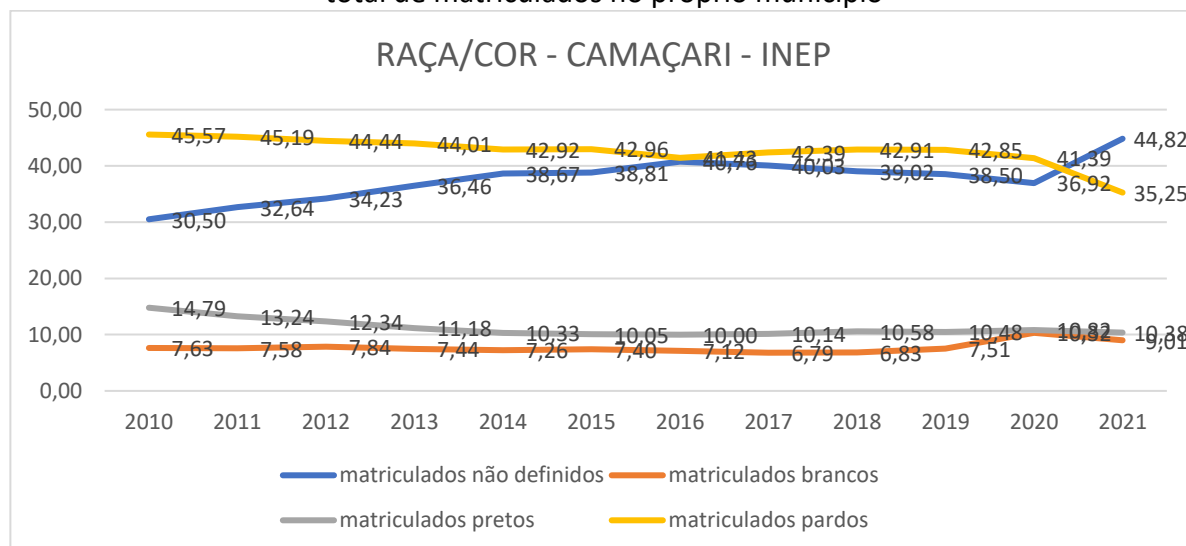
**Gráfico 1.** Autodeclaração dos/as estudantes em percentual da região Nordeste em comparação ao total nacional



Fonte: INEP (2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021).

A partir dos dados coletados acerca do município de Camaçari (Gráfico 2), é perceptível um aumento de aproximadamente 14% dos matriculados não definidos ou não informados, assim como um decréscimo dos pardos e pretos.

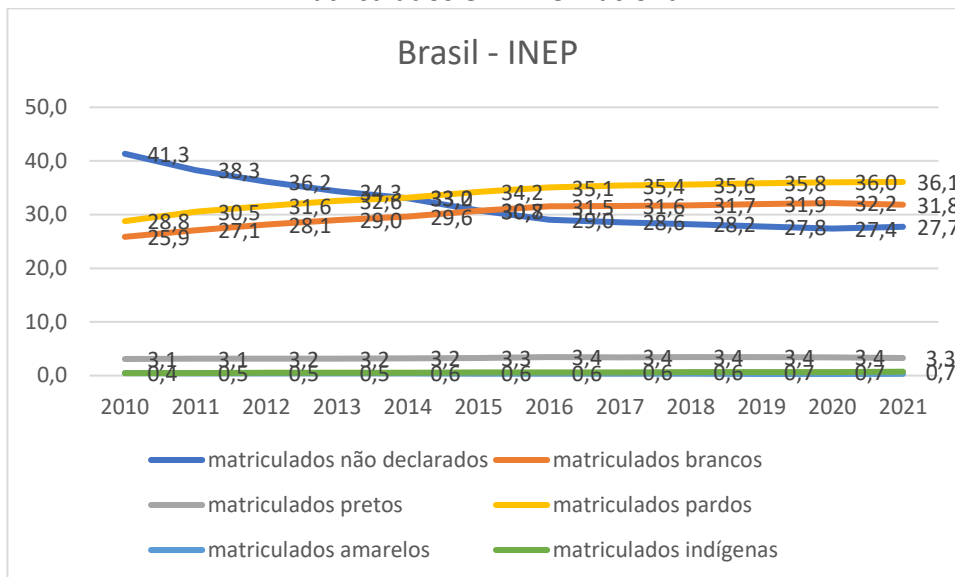
**Gráfico 2.** Autodeclaração dos estudantes em percentual do município de Camaçari em relação ao total de matriculados no próprio município



Fonte: INEP (2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021).

Em uma breve comparação dos dados obtidos em Camaçari (Gráfico 2) com os dados obtidos no padrão nacional (Gráfico 3), observa-se um padrão completamente distinto.

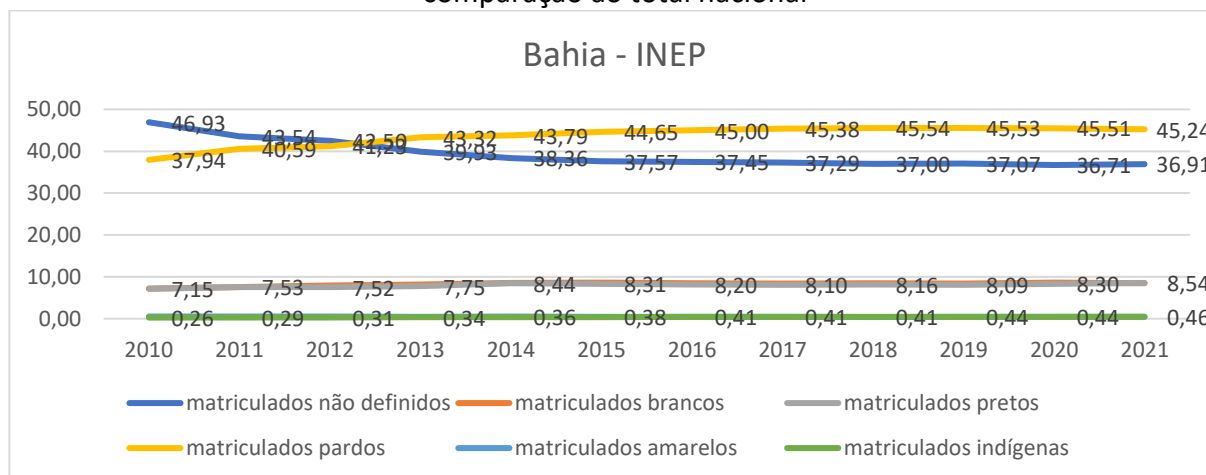
**Gráfico 3.** Autodeclaração dos estudantes em percentual com base no total de matriculados em nível nacional



Fonte: INEP (2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021).

A mesma divergência de padrões é verificada ao se comparar os mesmos dados do município de Camaçari (Gráfico 2) com os dados regionais (Gráfico 1) e estaduais (Gráfico 4). É notável, ainda, uma semelhança entre os dados regionais (Gráfico 1), estaduais (Gráfico 4) e nacionais (Gráfico 3), em que o padrão destoante é apenas municipal, salientando que há registro de comunidade quilombola.

**Gráfico 4.** Autodeclaração dos estudantes em percentual do estado da Bahia em comparação ao total nacional



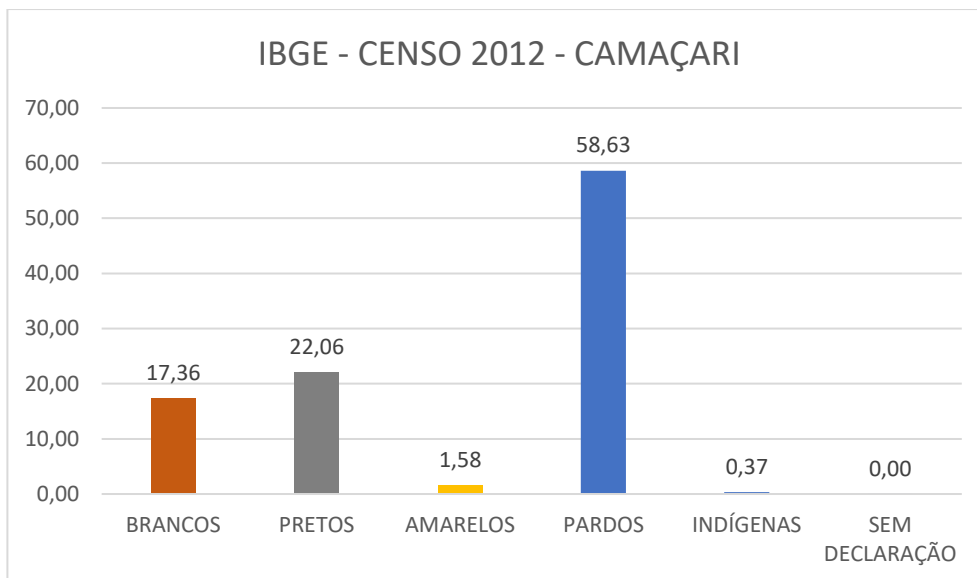
Fonte: INEP (2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021).

Há uma clara redução de mais de 10% nos/as estudantes matriculados/as declarados/as pardos/as, enquanto há um aumento de mais de 14% nos/as estudantes não declarados/as. É notável ainda uma queda de mais de 4% na matrícula dos/as estudantes declarados/as pretos/as, em uma localidade que, apesar de atrair pessoas de outras regiões em busca de trabalho, possui uma comunidade quilombola importante.

Segundo o IBGE (2010), o censo demográfico de 2010 demonstrou que o perfil do município de Camaçari apresenta uma grande quantidade de declarados pardos (58,63%), seguidos por pretos

(22,06%) – totalizando 80,69% de negros – brancos (17,36%), amarelos (1,58%), indígenas (0,37%) e não declarados (0%) (Gráfico 5).

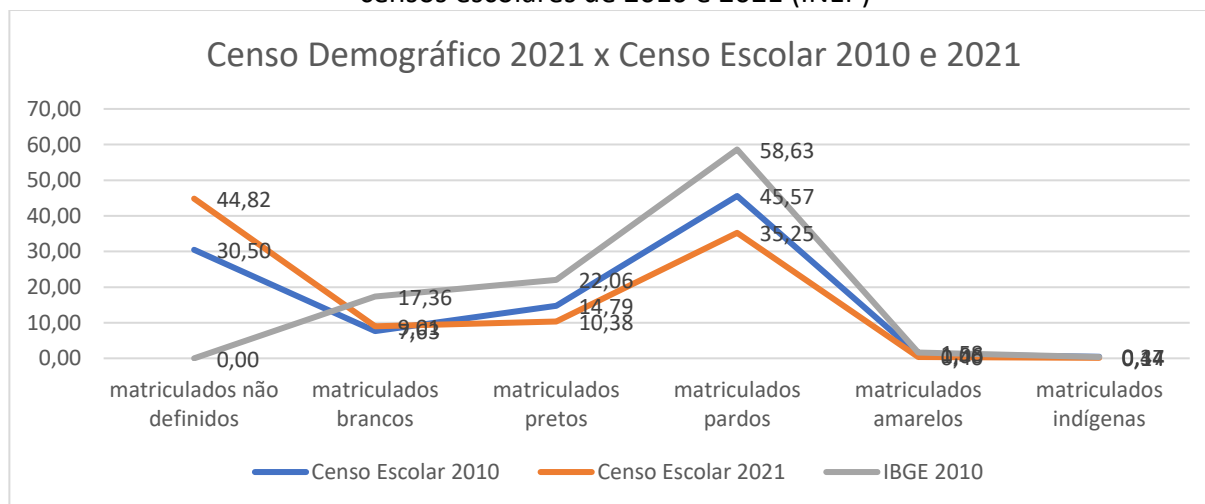
**Gráfico 5.** Censo demográfico de 2010 – autodeclaração da população



Fonte: IBGE (2010).

A partir dos dados fornecidos pelo censo demográfico 2010 do IBGE (2010), é possível realizar uma comparação entre o censo demográfico e os censos escolares. O perfil, apesar de valores diferenciados, se apresenta muito similar, como demonstrado no Gráfico 6.

**Gráfico 6.** Comparação entre o Censo demográfico de 2010 de Camaçari (IBGE, 2010) e o censos escolares de 2010 e 2021 (INEP)



Fonte: INEP (2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021).

Outra diferença relevante entre padrões nacionais e municipais refere-se ao fato de que, enquanto no Brasil e na Bahia há uma queda constante na quantidade de alunos/as matriculados/as, nos últimos anos, Camaçari vem ganhando uma quantidade substancial de alunos/as na sua rede de ensino, partindo de 58.755 estudantes em 2010 para 66.363 estudantes em 2021, um acréscimo de 12,95%. Se comparado com o estado da Bahia, houve uma queda de 3.965.081 para 3.512.436, uma queda de 11,42%. Um evento similar aconteceu em âmbito nacional,

apresentando uma queda de 51.549.889 para 46.668.401, uma queda de 9,5% (INEP, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021). Apesar do aumento das matrículas no município de Camaçari, é mais uma vez perceptível uma divergência de padrão em relação ao estado e em âmbito nacional. Além do padrão da alta quantidade de alunos/as pardos/as, seguindo os padrões para a população, de acordo com dados do IBGE, ainda há uma queda na autodeclaração e um aumento dos não declarados.

Quais razões poderiam ser responsáveis por dados em sentido contrário ao padrão regional ou nacional? Algumas hipóteses são levantadas. Na pesquisa conduzida por Batista (2009), os profissionais do Apoio Administrativo Escolar (AAE) relataram a presença de racismo na escola em diferentes situações e se demonstraram amedrontados em denunciar. Os profissionais Técnicos Administrativos Escolares (TAE) relataram diferentes situações, como confusão ao declarar a “raça/cor” do/a estudante no momento da matrícula, seja por desconhecimento ou por questões históricas/sociais. O estudo foi conduzido em Porto dos Gaúchos no Mato Grosso, uma cidade colonizada por gaúchos, descendentes de alemães. Historicamente os mais antigos têm posturas extremamente racistas e alguns pais ficam com receio de declararem os/as filhos/as como brancos/as e serem taxados como racistas, por se assemelharem aos mais antigos, portanto, ou não se declaram ou são declarados como pardos. Também pelo racismo histórico, os/as alunos/as declarados/as pretos/as sofrem situações de constrangimento e racismo no ambiente escolar, e tentam evitar se declarar como tal. Há ainda a situação que mais chama a atenção neste estudo, que é o despreparo dos/as docentes. Apesar de alegarem trabalhar questões relacionadas ao racismo na sala de aula, nas entrevistas fica evidente o seu despreparo. Como cumprir a lei federal 10.639/03 se os/as docentes não têm conhecimento sobre a história e cultura afro-brasileira? Toda essa situação prejudica a construção da identidade racial da criança na escola, ou mesmo ocasiona a perda da sua identidade étnica.

Seguindo o padrão vislumbrado por Alves e colaboradoras (2022), há um elevado número de estudantes não declarados em todos os níveis, desde o nacional, regional, estadual e municipal (INEP, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021), o que demonstra o não conhecimento ou algum tipo de receio em se declarar. Outro importante ponto em que os dados da referida pesquisa se assemelham aos encontrados em Camaçari é o fato de também ser uma região com remanescente quilombola e também seguir o padrão de elevada taxa de pardos, seguida por não declarados. Apesar de ser uma região de grande trânsito de famílias em busca de oportunidades de emprego, o município de Camaçari possui uma maior quantidade de habitantes não naturais da cidade do que os nascidos nela (Tabela 1).

O município de Camaçari tem uma importância histórica para a Bahia e possui o quilombo Cordoaria. Assim, seria esperado uma maior identificação da população. Entretanto os dados têm demonstrado uma tendência em sentido oposto. Segundo Sandes-Sobral (2008), a comunidade de Cordoaria foi certificada em 2006 e duas outras comunidades estão em processo para registro como regiões de remanescentes quilombolas: Machadinho e Monte Gordo, o que implicaria em uma maior identificação étnica na região, embora e os dados estejam em um sentido contrário.

De Souza e colaboradores (2020) reportam uma situação importante quanto ao quilombo Cordoaria. Devido a sua localização mais próxima à orla do município, tem sofrido grande pressão urbana e industrial. Por também se situar na região metropolitana de Salvador, a comunidade coexiste com uma tensão social-urbana cotidiana. Sandes-Sobral (2008), assim como Souza e colaboradores (2020), considera que ao longo da “linha verde”, na qual o município de Camaçari possui uma vasta área litorânea, há um movimento crescente de urbanização em decorrência principalmente da saturação da orla do município vizinho, Lauro de Freitas. Ainda de acordo com de Souza e colaboradores (2020), por conta dessa situação, tem havido uma grande migração de nativos para o ambiente urbano, em busca de um trabalho assalariado e uma melhor condição de vida. O principal meio de sustento dos nativos, a agricultura familiar, tem se tornado difícil diante

dessa realidade e com os avanços urbanísticos. Frente a essa situação, o remanescente Quilombola Cordoaria tem sofrido e se retraído.

Piza e Rosemberg (1999) apontam dados condizentes, ao relatarem diferenças ocorridas entre os censos de 1950 e 1980, em que cerca de 38% dos que se declararam pretos alteraram sua identificação para pardos, possivelmente para fugir do preconceito.

Santos (2012) sugere que o problema no levantamento da variável “raça/cor” poderia decorrer de dificuldades de compreensão das diferenças entre pardo e branco, pardo e preto, pardo e amarelo, pardo e indígena, e a falta de profissionais qualificados para o devido esclarecimento no momento do preenchimento. A autora questiona a forma de preenchimento dos dados e confirma uma das possibilidades apresentadas por Alves e colaboradoras (2022). Os pais ficam confusos com as categorias apresentadas: branca, parda, preta, amarela e indígena, o que muitas vezes os deixa desconfiados e constrangidos frente ao censo escolar. Não há uma clara distinção entre preto e negro e muitos pais ficam desconcertados em assinalar preto ao invés de negro. Há no estudo, ainda, alguns relatos de pais que ficam confusos, pois a cor da pele é uma, mas as características faciais ou de cabelo se assemelham mais à mãe, “que é branquinha”, ou descrições como “minha filha não tem cor, somos da raça branca”. Este mesmo estudo traz a necessidade de fornecer informações e embasamento teórico para o preenchimento dos dados e a desconstrução do quesito “raça/cor” baseado em uma sociedade com pilares no eurocentrismo e colonialista. Percebe-se nos discursos estudados pela autora a falta de pertencimento ou identificação a um grupo, o que aumenta a confusão e o desconforto. Dessa forma, além do embasamento teórico, mais do que nunca, são necessárias ações de afirmação social.

A dificuldade de identificação para autodeclaração pode ter origens históricas, além de se relacionar à ausência do tema nos planos educacionais. Segundo Silva e Leão (2012), um grande aumento do número de pardos se deu a partir de 1950, em conjunto com a redução do número de pretos. Parte da literatura analisa esse dado como consequência de um “embranquecimento” da população brasileira, enquanto outra parte associa a autodeclaração a uma possível pretensão de ascensão social. Como exemplo, os mulatos, ao se dissociarem dos pretos e não serem classificados como brancos, evitam a carga negativa atrelada aos pretos, atribuída pela sociedade brasileira, o que permitiria uma melhor ascensão social que os pretos. Para os autores, pretos e pardos têm percepções distintas e delimitam fronteiras simbólicas e econômicas em relação ao grupo dos brancos, de maneiras diferentes. Um ponto interessante é quanto à percepção da discriminação, que é de 15% entre os pardos e de 41% entre os pretos, fato que pode ser significativo durante a autodeclaração censitária.

Em um estudo publicado pelo IBGE (2011), foram apresentadas perguntas com o intuito de descobrir se a população sabe se autodeclarar quanto a “cor/raça”. Os dados são interessantes, pois, embora tenha sido constatado que 96% dos entrevistados alegaram saber realizar a identificação, em uma entrevista de resposta aberta apenas 65% dos entrevistados utilizaram uma das cinco categorias oficiais do IBGE, enquanto mais de 20% utilizaram termos como “moreno claro” ou “moreno escuro” e derivações. Vale ressaltar que esse percentual variou entre estados, chegando a mais de 45% na Paraíba, estado em que os muitos entrevistados alegaram ser “morenos”.

Para Piza e Rosemberg (1999), o termo moreno, identificado em pesquisas, pode indicar um processo de “embranquecimento”, como citado por Silva e Leão (2012). Entretanto, também é possível uma análise no âmbito de busca de um processo de “despreconceituação da nomeação da cor”. As palavras podem ser interpretadas de maneiras distintas por diferentes indivíduos, grupos ou mesmo regiões do Brasil. As palavras utilizadas para denominar os cinco grupos baseados na cor/raça, segundo o IBGE (2010), podem não ser vistas apenas como veículos neutros ligados a uma pesquisa demográfica, mas como elementos que carregam preconceito e discriminação. Algumas palavras podem ser preferidas, e outras preteridas, como no caso de “raça”. A palavra raça é

vinculada a aspectos ruins, por ser relacionada a uma desvirtuação da ciência ao ser utilizada para se referir ao meio social, levando à classificação e hierarquização de grupos e pessoas. Diante desse fato, a cor, ao ser atrelada a raça, acaba por determinar uma hierarquização social (Piza & Rosemberg, 1999).

Há possibilidade de não efetuação da declaração no momento da matrícula ou mesmo a realização da declaração por técnicos administrativos escolares (TAE), da secretaria, no ato da matrícula. Diversas situações são possíveis, o que torna imprescindível a realização de estudos para compreender o que ocorre no município de Camaçari. Seria possível que um município com remanescente quilombola esteja passando por uma perda de identidade étnica? Reforça-se ainda o sugerido por Souza e colaboradores (2020) acerca da importância de proteger o quilombo Cordoaria, haja vista a atual pressão sofrida com o crescimento industrial e urbano. É necessário que as escolas valorizem aspectos étnicos dessas comunidades, visando a constituição de identidades emancipadas que lutem pelo respeito às suas diferenças culturais e pela equidade social.

Como demonstrado na Tabela 4, mais de 50% dos habitantes não são naturais do município, fator que pode influenciar na auto e alter-declaração no censo escolar. A falta de conhecimento acerca das cinco classes consideradas pelo IBGE (2010), utilizadas pelo INEP, também é um fator relevante, como já discutido.

É necessário que a população amplie sua consciência sobre o fato de que as sociedades são atravessadas por oposições de classe, étnicas, de gêneros, entre outras, com interesses muitas vezes contrapostos. É de extrema relevância que tal área seja estudada e valorizada, para que seja possível uma melhor compreensão de como a escola atua nessa realidade, diante dos desafios apresentados pela tamanha diversidade étnico-cultural encontrada no Brasil. Nesse sentido, é importante tornar a escola não apenas um local para produção e reprodução de aspectos das culturas, mas também de promoção de relações interculturais respeitadas (kreutz,1998).

Piza e Rosemberg (1999) contestam o conceito racial e racista intrínseco aos critérios de cor. A partir de um estudo realizado que objetivava chegar a uma classificação com base na cor, de uma maneira mais inteligível, as autoras sugerem um estudo com base no vocabulário utilizado pelos respondentes durante as pesquisas e uma reversão da classificação com um caráter cultural. Em sociedades multirraciais há uma visão reducionista a qual atrela a raça como determinante da cultura, e ao fazê-lo sugere-se que características físicas indicariam diferenças culturais. As autoras não sugeriram uma expressão ou termo definitivo. Tal sugestão condiz com o objetivo do movimento negro contemporâneo, o qual propôs o termo “negro”. O termo acabou por ganhar diferentes visões, variando de acordo com quem o emprega.

É preciso abordar e aplicar o multiculturalismo crítico no ambiente escolar, de maneira que as diferenças entre as várias culturas e a cultura dominante sejam abordadas de maneira respeitosa, visando a equidade social. É necessário que os estudantes desenvolvam o respeito pela diferença e não a utilizem como forma de discriminação. Não se deve permitir que a cultura negra recaia apenas como algo folclórico, exótico, reconhecendo-a como um elemento vivo, constitutivo da sociedade atual (Fogaça, 2006).

Diante do exposto, fazem-se necessários mais estudos na região do município de Camaçari para aprofundar a compreensão das especificidades locais relacionadas ao processo de identificação étnica no decorrer dos anos, na comunidade e no ambiente escolar, e sua relação com os processos de subjetivação.



**Contribuições dos Autores:** Souza, F. V.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual; Santana, M.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual; Almeida, R. O.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual. Todos os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

**Aprovação Ética:** Não aplicável.

**Agradecimentos:** Não aplicável.

## REFERÊNCIAS

- Alves, M. R., Amorim, M. M. T., & Souza, A. C. (2022). Classificação racial no censo escolar da educação básica e o problema da “não declaração”. *Kwanissa: Revista De Estudos Africanos E Afro-Brasileiros*, 5(12), 48-64. <https://doi.org/10.18764/2595-1033v5n12.2022.3>
- Andrade, M. P. (2018). A branquitude e a colonialidade na prática docente na educação básica (2000-2015). *Revista da ABPN*, 10, 238-264.
- Araújo, A. A., & Soares, E. L. R. (2019). Identidade e relações étnico-raciais na formação escolar. *Rev. Pemo*, 1(1), 1-14.
- Batista, M. H. (2009). Ausência da construção da identidade racial da criança negra no contexto escolar. Geledés. Brasil. (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal/ Centro Gráfico.
- Rocha, J. G. da (2010) De preto à afrodescendente: implicações terminológicas. In: Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 14., 2010, Rio de Janeiro. *Cadernos do CNLF*, 14(2), 899-907.
- De Souza, S.A.; de Alencar, C. M. M.; Suzuki, J. C. (2020). Modo de Vida e Identidade no Quilombo de Cordoaria: entre alterações e continuidades. *Campo-Território*, 15(35), 260-285.
- Fogaça, A. (2006). Educação e identidade negra. *Periódico do Mestrado em Educação da UCDB*, 22, 31-46.
- Giugliani, B. (2014). O estigma da raça: crianças negras, educação básica e racismo. *Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia*, 3(1), 01-19.
- Gomes, N. L. (2002). Educação e Identidade Negra. *Aletria: Revista De Estudos De Literatura*, 9, 38-47. <https://doi.org/10.17851/2317-2096.9..38-47>
- Hall, S. (2011). A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A.
- IBGE Divulga resultados de estudos de cor ou raça. (2011, 22 de julho). Agência IBGE Notícias. Recuperado a partir de: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14057-asi-ibge-divulga-resultados-de-estudo-sobre-cor-ou-raca#:~:text=Entre%20os%20estados%2C%20o%20Amazonas,iguais%20\(29%2C5%25\).](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14057-asi-ibge-divulga-resultados-de-estudo-sobre-cor-ou-raca#:~:text=Entre%20os%20estados%2C%20o%20Amazonas,iguais%20(29%2C5%25).)
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2011). Censo Escolar, 2010. Brasília: MEC.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2012). Censo Escolar, 2011. Brasília: MEC.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2013). Censo Escolar, 2012. Brasília: MEC.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2014). Censo Escolar, 2013. Brasília: MEC.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2015). Censo Escolar, 2014. Brasília: MEC.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2016). Censo Escolar, 2015. Brasília: MEC.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2017). Censo Escolar, 2016. Brasília: MEC.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2018). Censo Escolar, 2017. Brasília: MEC.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2019). Censo Escolar, 2018. Brasília: MEC.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2020). Censo Escolar, 2019. Brasília: MEC.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2021) Censo Escolar, 2020. Brasília: MEC.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2022). Censo Escolar, 2021. Brasília: MEC.

Pereira, J. B. B. (2023). Criança negra: identidade étnica e socialização. *Cadernos de Pesquisa*, 87(63), 41-45.

Kreutz, L. (1999). Identidade étnica e processo escolar. *Cadernos de Pesquisa*, 107, 79-86.

Munanga, K. (2022). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Anais do 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação (p. 1-17), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Piza, E., & Rosemberg, F. (1999). Cor nos censos brasileiros. *Revista USP*, (40), p. 122-137.

Sandes-Sobral, L. E. (2008). Complexidade territorial e desenvolvimento: tendências e perspectivas da urbanização no litoral de Camaçari/Bahia/Brasil. (Tese de Doutorado). Universidade de Barcelona, Programa de Doutorado em planificação territorial e desenvolvimento nacional, Barcelona.

Santos, D. J. S., Palomares, N. B., Normando, D., & Quintão, C. C. A. (2010). Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. *Dental Press J Orthod*, 15(3), 121-124.

Santos, I. M. R. (2012). Identidade Racial a Partir do Censo Escolar. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte.

Silva, G. M., Leão, L. T. S. (2012). O paradoxo da mistura: Identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27(80), 117-133.

Valente, A. L. (2005) Ação afirmativa, relações raciais e educação básica. *Revista Brasileira de Educação*, 28, 62-76.

**Recebido:** 18 de agosto de 2023 | **Aceito:** 12 de novembro de 2023 | **Publicado:** 30 de dezembro de 2023



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.